



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO

1 Objeto da Contratação

Contratação do serviço de assinatura anual de novas licenças do *software* Autocad LT para a elaboração de projetos arquitetônicos e complementares.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Softwares CAD (“*Computer Aided-Design*” ou “Projeto Auxiliado por Computador”) são ferramentas computacionais utilizadas por arquitetos, engenheiros e projetistas com a finalidade de criar e representar, virtualmente, os mais diversos ambientes e estruturas, durante a fase de projeto. Os maiores benefícios do uso do CAD é a otimização do processo de elaboração de projetos e a liberdade de visualização e composição das representações gráficas.

As Seções de Engenharia e Arquitetura (SEA) e de Manutenção Predial (SMP) do TRE-SC têm utilizado, há anos, o software CAD – a saber, o Autodesk AutoCAD – na elaboração de seus projetos de engenharia e arquitetura. Com o ingresso de novos colaboradores na SEA e na SMP nos últimos meses — servidores, técnicos e estagiários, o número de licenças do AutoCAD atualmente disponível não atende às necessidades, impedindo que as referidas unidades desempenhem suas atribuições funcionais de forma adequada e produtiva.

2.2 Objetivos e Benefícios

O objetivo deste Projeto Básico é a contratação de serviço de assinatura do AutoCAD LT 2023 pelo período de 12 meses. As novas licenças deste software de elaboração de projetos deverão ampliar os recursos disponíveis na SEA e na SMP, proporcionando o aumento da produtividade das unidades.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	RE1 – Satisfação dos usuários de TIC. RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.
PDTI	AE04 – Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais. AE06 – Manter parque tecnológico atualizado.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foram realizados Estudos Técnicos Preliminares, disponíveis no PAE n. 34.675/2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Assinatura anual do "AutoCAD LT 2023 Commercial New Single-user ELD Annual Subscription".	12	12

A quantidade especificada está relacionada ao número de servidores e colaboradores lotados nas Seções de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC e de Manutenção Predial, que utilizam os softwares no desempenho de suas funções.

2.6 Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Assinatura anual do "AutoCAD LT 2023 Commercial New Single-user ELD Annual Subscription". IDIOMA DO SOFTWARE: definido no momento da instalação da licença. As licenças devem receber todos os avisos de atualização de versão no período em que a assinatura estiver em vigor. <i>Part Number</i> = 057O1-WW6525-L347	12	12

2.9 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10 Parcelamento e Adjudicação

Não existe a possibilidade de parcelamento do objeto. A adjudicação será por item.

2.11 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante. O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.11.1 Critérios de Habilitação

2.11.1.1 Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado.

2.11.1.2 Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

2.12 Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

2.13 Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental gerado por esta contratação, não sendo necessárias adequações na infraestrutura tecnológica e elétrica, logística de implantação, espaço físico ou mobiliário.

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequações.
Infraestrutura Elétrica	
Logística Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.14 Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15 Obrigações da Proponente

- 2.15.1 Fornecer todas as especificações necessárias para possibilitar a análise técnica das propostas conforme requisitos técnicos deste Projeto Básico.

2.16 Obrigações da Contratante

- 2.16.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.16.2 Promover a fiscalização da presente aquisição através da chefia da Seção de Gestão de Conteúdo Web, ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.16.3 Emitir pareceres no processo administrativo referente à entrega dos produtos, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.16.4 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.17 Obrigações da Contratada

- 2.17.1 Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta.
- 2.17.2 Entregar os produtos na Seção de Gestão de Conteúdo WEB do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situada no 2º andar do Ed. Sede, localizado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.
- 2.17.3 Fornecer os produtos com todos os seus componentes originais e novos, além de seu manual de instalação/operação, caso exista.
- 2.17.4 Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade.
- 2.17.5 Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
- 2.17.6 Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega.
- 2.17.7 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC.
- 2.17.8 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.18 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Descritos no item 2.8 deste PB/TR.

4 Códigos SIASG

27.472 e 27.464

5 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da subscrição das licenças de uso do *software*, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Florianópolis, 12 de setembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1 Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao titular da chefia da Seção de Gestão de Conteúdo Web, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a função de Gestor do Contrato.

1.1 Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A empresa contratada deverá entregar os produtos na Seção de Gestão de Conteúdo Web, situada no 2º andar do Ed. Sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que implique acréscimo no preço da proposta.

Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Conteúdo Web, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

1.2 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- a) Os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 10 (dez) dias, contados do recebimento, pela Contratada, do Contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.
- b) Entregar os produtos na Seção de Gestão de Conteúdo Web, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.
- c) A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, que somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

1.3 Instrumentos Formais

Os instrumentos formais serão aqueles relacionados às ocorrências no recebimento dos produtos, que podem ser materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento e os respectivos documentos fiscais.

1.4 Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatados problemas no funcionamento das licenças do *software* dentro do período de garantia legal, o fornecedor será acionado para prover correções.

1.5 Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do Gestor do Contrato, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Conteúdo Web, ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

seu substituto, ou superior imediato, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

1.6 Recebimento Provisório e Definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7 Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8 Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9 Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10 Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11 Descumprimento Contratual

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

- 1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- 1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 1.11.3.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.